



Companhia Aberta - CNPJ Nº 92.772.821/0001-64
NIRE 43.300.001.105

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2000**

(SUMÁRIO)

Data e horário: 28 de janeiro de 2000, às 15 horas. **Local:** sede social, Rua 18 de Novembro nº 800, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **Presença:** acionistas representando 89% (oitenta e nove por cento) do capital com direito a voto. Também presente o representante dos auditores independentes, Sr. PAULO MANUCHUKIAN da firma "Arthur Andersen S/C" para prestar os esclarecimentos que se fizeram necessários. Os presentes, igualmente, o representante do acionista Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Marcelo Roberto Freire, bem como os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. **Convocação:** o Edital de Convocação da Assembleia foi publicado no "Jornal Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul", "Zero Hora", de Porto Alegre, "Gazeta Mercantil" de São Paulo e "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, nas edições dos dias 13, 14 e 17 do corrente mês. **Mesa:** Por escolha unânime dos presentes, assumiu a Presidência dos trabalhos o acionista Luiz Carlos Vaini, que convidou para Secretária a advogada Jacqueline Taques de Souza Kühn. O Edital de Convocação foi lido por mim, o relator. A Assembleia dispôs a leitura das demais peças, em vista da divulgação que tiveram. **Ordem do Dia:** 1) Deliberar sobre a cisão parcial desta sociedade, nos termos contidos na Justificação da cisão parcial da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense); 2) Ratificar a nomeação da CONSULTAT Auditores Independentes como empresa responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do patrimônio cindido; 3) Deliberar sobre o Laudo de Avaliação preparado pela CONSULTAT; 4) Alterar o Estatuto Social - Capítulo 1º - "Capital e Ações"; e 5) Deliberar sobre a versão das parcelas cindidas para contribuir na constituição de duas novas empresas denominadas VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A. e VARIG Participações em Serviços Complementares S.A. Iniciados os trabalhos, discutidos e votados os assuntos constantes da Ordem do Dia, cada qual por seu vez, registraram-se os seguintes resultados: **Deliberações tomadas:** 1) Aprovar a cisão parcial desta companhia com versão de parcela do seu patrimônio em duas novas companhias, que estão sendo constituídas nesta data. Salientou-se que esta operação de cisão parcial integra o projeto de reestruturação societária, aprovado pelos Debenturistas em Assembleia realizada em 27.01.2000, bem como pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, em reunião conjunta realizada em 11.1.2000, que implicará na cisão parcial de outras duas companhias do grupo, quais sejam, Companhia Tropical de Hóteis e RIO-SUL Serviços Aéreos Regionais S.A., que foram levadas a efeito nesta mesma data em horário distinto na sede de tais companhias. Nesse sentido, após a leitura, foram aprovados integralmente, os termos contidos no Instrumento de Justificação da Cisão Parcial da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), que faz parte desta ata na forma de Anexo 1, para todos os fins de direito; 2) Ratificar a nomeação da CONSULTAT Auditores Independentes, contra CRC-SP 2SP013199-07 e inscrita no CNPJ sob o nº 50.548.148/0001-33, para avaliar o acervo cindido desta companhia, e que previamente convidada nos termos da Justificação apresentou o resultado de seus trabalhos na forma de Laudo de Avaliação, a valor contido em 30.11.1999, da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), que faz parte desta ata na forma de Anexo 2, para todos os fins de direito. O Sr. Presidente informou que se achava satisfeito o representante da CONSULTAT Auditores Independentes, Sr. Gilberto José de Azeiteiro, CRC/SP nº 124500-S-RS para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizessem necessários.

se necessários: 3) **aprovar o referido Laudo de Avaliação**, que demonstra as contas e valores cindidos envolvidos na presente operação. Em decorrência disso, bem como da aprovação, pelos acionistas, da proposta em discussão, foi homologada a cisão parcial desta companhia; 4) Em razão da cisão ora operada, foi aprovada, **ad referendum**, da Autoridade Aeronáutica competente, a alteração do **caput** do Artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte e nova redação: "O Capital Social, totalmente realizado, é de R\$ 248.514.441,74 (duzentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e quatorze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), dividido em 69.926.533 (sessenta e nove milhões, novecentas e vinte e seis mil, quinhentas e trinta e três) ações sem valor nominal, a saber: (I) 42.209.812 (quarenta e dois milhões, duzentas e nove mil, oitocentas e doze) ações ordinárias, e (II) 27.716.721 (vinte e sete milhões, setecentos e dezesseis mil, setecentos e vinte e uma) ações preferenciais sem direito a voto", ficando inalteradas as demais disposições estatutárias; e 5) Em consonância com a primeira deliberação tomada pelos acionistas, foi aprovada a versão do acervo cindido desta companhia em duas novas companhias denominadas **VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A. (VPTA)** e **VARIG Participações em Serviços Complementares S.A. (VSPC)**. Os capitais sociais dessas companhias também serão compostos pelos acervos cindidos da Companhia Tropical de Hotéis e da RIO-SUL, Serviços Aéreos Regionais S.A. Nesse sentido, foram convidados os acionistas da RIO-SUL, Serviços Aéreos Regionais S.A., aqui representados pela Dra. Glenda Romano, nomeada nesta data na Assembleia Geral Extraordinária da mesma companhia que se realizou na respectiva sede social às 8:00h, com a finalidade única e exclusiva de aprovar em definitivo, conjuntamente com os acionistas desta companhia, a Ata de Constituição e o projeto do Estatuto Social da VPTA; e novamente o mesmo representante dos acionistas da RIO-SUL, Serviços Aéreos Regionais S.A., conjuntamente com os acionistas desta companhia e com o representante da Companhia Tropical de Hotéis, Sr. Jorge Vicente Tavares Melchioretto, nomeado nesta data, na Assembleia Geral Extraordinária da mesma companhia que se realizou na respectiva sede social às 8:30h, com a finalidade única e exclusiva de aprovar a Ata de Constituição e o projeto do Estatuto Social da VSPC. Em seguida, e em função da recém deliberada constituição das companhias acima referidas, os acionistas presentes deram por encerrada esta etapa da Assembleia e iniciaram as Assembleias de Constituição das empresas **VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A. (VPTA)** e **VARIG Participações em Serviços Complementares S.A. (VSPC)**, cujas respectivas Atas de Constituição e Estatutos serão devidamente registrados e publicados na forma da Lei. **Lavratura e Leitura da Ata:** A Assembleia concordou em que a ata dos trabalhos seja lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. Escogida, assim, a ordem do dia, e cumpridas as determinações legais, lavrou-se esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa e por acionistas presentes que perfoçam o quorum legal: dele tirei e autentiquei as cópias necessárias aos fins de Direito. Porto Alegre, 29 de janeiro de 2000. **A Mesa de Assembleia:** (a) Luiz Carlos Vaini, Presidente; (a) Jacqueline Taques de Souza Kühn, Secretária; (aa) Acionistas: Roberto Pandolfo, Vera Lucia Scherer Oliveira, Yutaka Imagawa, Pp. Terezinha Neldi Venturini, Roberto Pandolfo, Pp. FRB-PAR Investimentos Ltda., Flôriano Zinato Ribeiro da Silva, Plínio Sassegolo Gomes, Hilson Leite Iguezias, Leir Sa Storti, Luiz Carlos Buaes, Luiz Zitto Barbosa Pp. Espólio de João Adolpho Lorenz, Luiz Zitto Barbosa, Ozires Silva, Flôriano Zinato Ribeiro da Silva, Pp. Instituto Aere de Seguridade Social, Leir Sa Storti, Jacqueline Taques de Souza Kühn, Telmo Schoeler, Leonardo Mayerhofer Viegas, Paulo Lopes Gallindo, Gilberto Carlos Rigoni, George Ermarkoff, Beatriz de Moura Borges, Ricardo Ramalho Townsend, Emilio Otto Kaminski, Harro Fouquet, Pp. 20/20 Latin America Fund, Carlos Klein Zanini, Emi Silveira Peixoto, Pp. Latinvest Fund, Carlos Klein Zanini, Luiz Carlos Vaini, Ricardo de Azevedo e Souza, Pp. Latinvest Partners, Llp, Brazvest Fund Ltd., e Globalvest Value Fund Ltd, Carlos Klein Zanini, Horst Gunter Axthelm, Francisco Petros O.L. Lima Paphanasiadis, Elisabeth Seifrin dos Santos, Pp. Estado do Rio Grande do Sul, Marcelo Roberto Freire, Lidia Maria Emida Marques, Enio João Jensen de Freitas, Dra. Glenda Romano, Representante dos Acionistas da Rio-Sul Serviços Aéreos S.A. **JORGE VICENTE TAVARES MELCHIORETTO**, Representante dos Acionistas da Cia Tropical de Hotéis. " Certifico que esta é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. Porto Alegre, 28 de janeiro de 2000. **JACQUELINE TAQUES DE SOUZA KÜHN** - Secretária da Assembleia. **VISTO DO ADVOGADO:** Dra. Vera Lucia Scherer Oliveira - OAB/RS nº 27.560. Junta Comercial do Rio Grande do Sul. Certifico o Registro em: 10/02/2000, sob o número 19.15997. Protocolo: 00/017812-B. **Henrique Burle Cardozo** - Secretário-Geral Substituto.

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A.
(SUMÁRIO)**

SUMÁRIO

Data e horário: 28 de janeiro de 2000, às 15 horas. Local: atual sede social, na Cidade do Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua 18 de Novembro, 800, sala 2. Presença: FRB - Par Investimentos Ltda., por seu representante Sr. Floriano Zinaro Ribeiro da Silva, e demais membros presentes à Assembleia Geral Extraordinária da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), sob a presidência de Luiz Carlos Vainir; presidente; Jacqueline Taques de Souza Kühn, Secretária. Ordem do dia: (a) constituição da companhia VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A.; (b) projeto de Estatuto Social; e (c) eleição dos membros do Conselho de Administração. Deliberações tomadas: (a) Aprovar a constituição da VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A.; (b) aprovar por acatamento, em função da cisão parcial das seguintes companhias: RIO-SUL Serviços Aéreos Regionais S.A. e "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), deliberada nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas nas sedes sociais de cada companhia nesta mesma data, e nos termos dos Laudos de Avaliação, a valor contábil, preparados pela empresa CONSULTAX Auditores Independentes, que fazem parte integrante desta ata e constituem seu Anexo I, procedendo-se da seguinte forma: (i) O patrimônio líquido da VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A. formado pelos ativos cindidos da RIO-SUL, Serviços Aéreos Regionais S.A. e "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), serviu de base para a atribuição das ações na constituição desta nova Companhia (vide Anexo II). Em função disso, o capital social será dividido em R\$ 1.937.600,00 (um milhão, novecentos e trinta e sete mil e seiscentos reais), sendo dividido em 548.710.464 (quinhentos e quarenta e oito milhares, setecentos e dez mil, quatrocentos e sessenta e quatro) ações sem valor nominal, a saber: (a) 331.218.560 (trezentos e trinta e um milhões, duzentos e dezoto mil, quinhentos e sessenta) ações ordinárias; e (b) 217.491.905 (duzentos e dezessete milhares, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, sem direito a voto; atribuídas aos acionistas apóses de mesma espécie e proporcionalmente ao patrimônio líquido integralizado. Sendo a constituição desta Companhia resultante da cisão parcial com data-base de 30.11.1999 da RIO-SUL, Serviços Aéreos Regionais S.A. e "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), todos os eventos pertinentes aos ativos e passivos cindidos e seus reflexos patrimoniais ocorridos entre 01.12.1999 e esta data passam a ser atribuídos à Companhia ora constituída e serão refletidos por ocasião do seu balanço relativo ao exercício de 2000. (b) Aprovar, nos termos do Artigo 87, Parágrafo 2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Estatuto Social que passa a integrar a presente ata na forma do Anexo III e será mantido na sgdta desta companhia; (c) Eleger, nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social, os seguintes membros para compor o Conselho de Administração: (i) Presidente: Sr. Ozires Silva, brasileiro, casado, Engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1136713 SSP/SV e inscrito no CPF sob nº 018.557.868-34; (ii) Vice-Presidente Sr. Joaquim Fernandes dos Santos, brasileiro, casado, Contador, portador da carteira de identidade nº 0002828217 SSP/SV e inscrito no CPF sob nº 005.813.638-20; (iii) Sr. Jose Roberto Mendonça de Barros, brasileiro, casado, Economista, portador da carteira de identidade nº 2965578-X SSP/SV e inscrito no CPF sob nº 005.761.408-30; (iv) Luiz Carlos Buaes, brasileiro, casado, Engenheiro, portador da carteira de identidade CREA/RN sob nº 1022, e inscrito no CPF sob nº 006.110.320-87; (v) Sr. Harro Fouquet, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade sob nº 1012282-4 SSP/SV e inscrito no CPF sob nº 019.588-34; Os Conselheiros ora eleitos terão mandato de três (3) anos, a terminar na data de 28.01.2002. Os Conselheiros ora eleitos terão mandato de três (3) anos, a reeleição. A Assembleia fixou, para o primeiro ano anual, global, do Conselho de Administração a verba de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e, para remuneração anual, global, da Diretoria, a verba de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Declararam os Conselheiros ora eleitos não estarem incorrendo em nenhum dos casos previstos em lei que os impeçam de assumir seus respectivos cargos e exercer a atividade de Administração e Lavratura da Lei da Ata: A Assembleia concordou em que a ata dos trabalhos seja lavrada em termo de sumário dos fatos ocorridos. Esgotada, assim, a ordem do dia, e cumpridas todas as formalizações legais, lavrou-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Porto Alegre, 28 de janeiro de 2000, Mesa: Luiz Carlos Vainir - Presidente. Jacqueline Taques de Souza Kühn - Secretária. Acionistas: Roberto Pandolfo (POADS). Vera Lucia Scherer Oliveira (POAGI). Yukitaka Imagawa (SAAJ). Terezinha Nelci Venturini (POADS). FRB-Par Investimentos Ltda. Plutino Sessegoelo Gomes. Hilson Leite Iglerias (POAJZ). Leir Sa Storti (RIOVA). Luiz Carlos Buaes (PABMU). Luiz Zito Barbosa. Espôlso de João Adolpho Lorenz. Ozires Silva. Floriano Zinaro Ribeiro da Silva. Instituto Aerus de Seguridade Social. Jacqueline Taques de Souza Kühn. Telmo Schoeler. Leonardo Mayerhofer Vegas. Paulo Lopes Gallindo. Gilberto Carlos Rigoni (SAODZ). George Ermakoff. Beatriz de Moura Borges. Ricardo Ramalho Townsend (POANC). Emilio Otto Kaminski, Harro Fouquet. 2020 Latin America Fund. Erni Silvestre Paixoto. Latinvest Fund. Luiz Carlos Vainir. Ricardo de Azevedo e Souza (POABE). Latinvest Partners. Lp. Brazvest Fund Ltd. Globalvest Value Fund Ltd. Horst Gunter Axthelm. Francisco Petros Ol. Lima Papathanasiadis. Elisabeth Seifin dos Santos. Estado do Rio Grande do Sul. Lidia Maria Ermdia Marques (POADS). Enio João Jensen de Freitas. Dra. Glenda Romano - Representante dos Acionistas da Rio-Sul Serviços Aéreos S.A. Jorge Vicente Tavares Melchiorotto - Representante dos Acionistas da Cia. Tropical de Hóteis. Visto do Advogado: Dra. Vera Lucia Scherer Oliveira.

OAB/RN nº 27.560. VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A. - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO - Artigo 1º - A VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto que, se reger pela legislação aplicável e por este estatuto. Artigo 2º - O objeto da Companhia é investimentos e participações societárias em empresas de transporte aéreo. Artigo 3º - A companhia tem sede na cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Rua 18 de novembro, 800, sala 2; poderá criar sucursais, filiais ou agências, no país ou exterior, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração manifestada em reunião, cuja ata será arquivada no registro do comércio e aplicada na forma da lei. Art. 4º - É indeterminado o prazo de duração da companhia. CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES - Artigo 5º - O capital social, integralmente realizado, é de R\$ 1.337.600.000 (um milhão, novecentos e trinta e sete mil e seiscentos reais), dividido em 548.710.464 (quinhentos e quarenta e oito milhões, setecentas e dez mil, quatrocentas e sessenta e quatro) ações, sem valor nominal, a saber: (a) 331.218.560 (trezentos e trinta e um milhões, duzentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta) ações ordinárias; e (b) 217.491.905 (duzentos e dezessete milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinco) ações preferenciais, sem direito a voto. Parágrafo Primeiro - As ações preferenciais darão direito a dividendo mínimo, pagável preferencialmente, de 6% (seis por cento) anual, não-cumulativo. Parágrafo Segundo - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. Parágrafo Terceiro - Por decisão do Conselho de Administração, as ações da companhia poderão ser mantidas sob a forma escritural, em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cotadas dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo terceiro do artigo 35 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, até o limite máximo permitido em lei, emitir ações preferenciais em direção à companhia, com prazo de resgateáveis, amortizáveis e/ou conversíveis em ações de voto, em uma ou mais classes, preferências e vantagens. Parágrafo Quarto - Dentro desse limite, a companhia poderá aumentar o número de ações preferenciais de qualquer classe, desde que quando a proporção com os demais ações preferenciais ou com as ações ordinárias ou ainda aumentando as ações ordinárias sem quarar proporção com as ações preferenciais ou com qualquer uma das respectivas classes. Artigo 7º - A companhia está autorizada a aumentar seu capital, independentemente da reforma estatutária, até o limite de 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie, quantidade das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação. Parágrafo Único - A companhia poderá outorgar, nos termos aprovados pela assembleia geral, opção da compra de ações aos administradores, empregados da companhia ou ainda a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou à Sociedade sob seu controle. CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO - Artigo 8º - A companhia será administrada pelo Conselho de Administração e por uma diretoria. Parágrafo Único - Aos conselheiros de administração e aos diretores se aplicarão as seguintes normas comuns: deverão ser residentes no País; II - serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo demissíveis a qualquer tempo pela assembleia geral; III - poderão posse de seus cargos por termo lavrado e assinado no livro próprio do órgão respectivo, dispensada qualquer garantia de gestão; IV - perceberão a remuneração que lhes fixar a assembleia geral. SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Artigo 9º - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 9 (nove) acionistas da companhia, eleitos pela assembleia geral, que também escolherá o presidente e o vice-presidente daquele órgão. Artigo 10º - Na hipótese de vacância de cargo ou de impedimento temporário de titular, observar-se-á o seguinte: o presidente será substituído pelo vice-presidente; este ou qualquer outro conselheiro de administração será substituído pelo acionista que for nomeado pelos demais conselheiros. O substituto que preencher o cargo vago servirá até a primeira assembleia geral, que elegera acionista para completar o prazo da gestão do substituído. Artigo 11º - O Conselho de Administração terá as funções e os poderes que a lei e este estatuto lhe conferem, notadamente: a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da companhia; b) convocar as assembleias gerais através do seu presidente ou por dois conselheiros quaisquer; c) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, bem como estabelecer a respectiva remuneração, nos limites estabelecidos pela assembleia geral; d) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balanços mensais; e) aprovar o orçamento geral da companhia e de suas controladas; f) fiscalizar a gestão dos diretores; g) submeter à assembleia geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício; h) escolher e destituir os auditores independentes da companhia; i) deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, nos termos da regulamentação aplicável; j) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, no limite de sua competência legal; l) deliberar, nos limites da delegação que lhe for atribuída pela assembleia geral, sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; m) autorizar a aquisição de ações da própria companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como sua subsequente alienação; n) atribuir a administradores e/ou empregados participação nos lucros da companhia, nos limites fixados na assembleia geral; o) deliberar sobre a emissão de ações, dentro dos limites da autorização para aumento do capital social; p) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela assembleia geral, bem como resolver os casos omissos neste estatuto social. Artigo 12º - O Conselho de Administração se reunirá - sob a presidência do presidente, ou do vice-presidente, ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente por solicitação de qualquer dois de seus membros, em hora e dia dentro dos 10 (dez) segundos ao pedido de convocação, que preside o órgão fixar. Parágrafo Primeiro - A sessão do conselho de administração, cujo presidente poderá instalar e funcionar com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) conselheiros, poderá instalar e funcionar com a presença de pelo menos maioria de votos presentes. Artigo 13º - Se a assembleia geral fixar a remuneração dos administradores em montante global, caberá ao conselho de administração proceder à respectiva distribuição entre elas. SEÇÃO II - DIRETORIA - Artigo 14º - A diretoria será composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros, eleitos pelo conselho de administração; um deles se designará diretor-presidente; cada um dos demais, pela expressão diretor acompanhado de termo indicativo da atribuição específica que lhe fixar o conselho de administração. Artigo 15º - Na hipótese de vacância de cargo ou de impedimento temporário de titular, qualquer um dos diretores será substituído por quem tiver sido indicado ou for eleito pelo Conselho de Administração. O substituto que preencher cargo vago completará o prazo de gestão do substituído. O substituto, provisório ou definitivo, assumirá todos os poderes e atribuições do substituído. Artigo 16º - Exceto para receber citações e intimações e para prestar oralmente depoimento pessoal como a Companhia, em juízo ou processo administrativo, - atos nos quais qualquer um dos diretores poder representá-la individualmente, - a Companhia será representada, ativa e passivamente, por dois quaisquer de seus diretores, atuando sempre em conjunto, ressalvada a faculdade prevista no § 1º, deste artigo e obedecidos os parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º deste artigo. Parágrafo Primeiro - Nos limites de suas atribuições e poderes, os diretores - cada qual sozinho, ou atuando dois em conjunto, conforme dispõe o caput deste artigo - poderão constituir mandatários da Companhia, para funcionar isoladamente ou em conjunto com algum diretor ou com outro procurador, devendo o instrumento especificar os atos em que poderão ser constituídos e o prazo do mandato, salvo se ad judicio. Qualquer um dos diretores poderá ser constituído mandatário da Companhia, por meio de procuração que assinem de quaisquer dos outros diretores. Parágrafo Segundo - Entre os poderes e atribuições dos diretores se compreendem: a) individualmente, os de funcionamento regular da Companhia; b) nos termos do caput, e com observância dos parágrafos seguintes deste artigo, os de assinar documentos que envolvam obrigações para a Companhia (tais como cheques, duplicatas, títulos de crédito em geral, contratos de qualquer natureza), bem como os de praticar todo e qualquer ato legal de administração, de aquisição, de disposição e da prestação de garantia, que sempre deverá ser de utilidade ou interesse da companhia; Parágrafo Terceiro - Dependendo de prévia aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, após a respectiva aprovação pelo Conselho de Administração, quaisquer atos ou negócio jurídicos que envolverem importância superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Parágrafo Quarto - Dependendo de prévia aprovação do Conselho de Administração quaisquer atos ou negócios jurídicos que envolverem importância entre R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Parágrafo Quinto - Dependendo de prévia aprovação da Diretoria, como colegiado, os atos de alienação ou aquisição de bens do ativo permanente, ou de constituição de ônus reais e os de prestação de garantias a obrigações de terceiros ou exoneração ou renúncia, de valor entre R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$ 100.000.000,00 (um milhão de reais). Parágrafo Sexto - Abaixo do limite de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) os atos e negócios jurídicos de qualquer tipo (excetuados os do parágrafo 5º), poderão ser praticados e realizados por quaisquer dos dois quaisquer dos diretores em conjunto. Artigo 17º - Cada um dos demais diretores terá poderes necessários para resolver os assuntos alinentes aos seus de companhia que lhe forem atribuídos pelo Conselho de Administração, prestando contas à diretoria como colegiado. Artigo 18º - A reunião da diretoria a somente poderá instalar e funcionar com a presença da maioria dos diretores em exercício. Parágrafo Único - As deliberações serão tomadas por maioria dos votos presentes. Em caso de empate, a matéria será obrigatoriamente submetida ao Conselho de Administração. CAPÍTULO IV - CONSELHO FISCAL - Artigo 19º - A companhia terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente; seu funcionamento dependerá de pedido de acionistas que representem ações em número legal para requerer a instalação do órgão. Parágrafo Primeiro - O conselho fiscal será composto, normalmente, de 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) suplentes; será acessório de mais 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, sempre que necessário para observância das normas legais que asseguram a titulares de ações preferenciais e a acionistas minoritários o direito de eleger, separadamente, um conselheiro fiscal e o suplente respectivo. Parágrafo Segundo - Os membros do conselho fiscal deverão preencher os requisitos legais; poderão ser acionistas ou não; e serão eleitos pela assembleia geral pelo pra o da lei, permitida a reeleição. Parágrafo Terceiro - Os conselheiros fiscais em exercício escolherão, dentre eles mesmos, o presidente do órgão podendo dar-lhe substituto por deliberação da maioria. Parágrafo Quarto - O conselho fiscal terá as atribuições e poderes, os deveres e responsabilidades que a lei confere a esse órgão. Parágrafo Quinto - Os membros em exercício do conselho fiscal terão a remuneração que, observado o mínimo estabelecido em lei, for fixada pela assembleia geral que os eleger. CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 20º - A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. Parágrafo Único - Para comparecer a mesa que dirigirá os trabalhos da ass. mbleia, os acionistas presentes escolherão um presidente e um secretário. Artigo 21º - A convocação da assembleia geal far-se-á por anúncio publicado pela imprensa, o qual deverá conter as indicações determinadas na lei. Artigo 22º - A prova da qualidade de acionista é a de representante se fa-lo conforme a lei. Artigo 23º - Ficará na dependência de deliberação da assembleia geral, ordinária ou extraordinária, o aumento de capital mediante o aproveitamento de quaisquer reservas ou lucros, observadas ainda as seguintes normas: I - a capitalização da reserva poderá ser procedida com ou sem emissão de novas ações bonificadas, cabendo à assembleia geral escolher, em cada aumento de capital, o modo a ser adotado. II, em qualquer caso, as ações preferenciais - às quais é assegurado direito de participar dos aumentos de capital provenientes da capitalização de reservas ou lucros. CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL - DESTINAÇÃO DO LUCRO, BALANÇOS SEMESTRAIS E DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS - Artigo 24º - O exercício social coincide com o ano civil. Artigo 25º - No fim de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras previstas em lei, e do lucro líquido verificado será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição ou o reforço da reserva legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social. A distribuição do saldo obedecerá à seguinte ordem de prioridade: a) serão pagos os dividendos mínimos aos titulares de ações preferenciais, de 6% (seis por cento) ao ano, não-cumulativos (parágrafo 1º do artigo 5º), calculados sobre o capital global da espécie e rateados entre os respectivos titulares; b) serão pagos dividendos não-cumulativos, sobre as ações ordinárias, de 6% (seis por cento) anuais, calculados sobre os lucros, sobre o capital global da espécie e rateados entre os respectivos titulares; c) os dividendos pagos na forma das alíneas "a" e "b", acima, não atingirem 55% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 6º da Lei nº 6.402 da Lei nº 15 de dezembro de 1976, - a diferença para mais será distribuída a favor dos acionistas, na proporção de suas ações, como dividendo complementar; d) 30% (trinta por cento) daquele lucro destinado ao fundo de "reserva especial", até o limite previsto no art. 199 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), para aplicação no pagamento do preço ou financiamento de compra de ativos; e) o remanescente que houver, ressalvada a preferência em contrário da assembleia geral, será destinado a uma reserva de reforço de capital de giro, que não excederá o total do capital social. Parágrafo Único - A assembleia geral poderá deliberar que os dividendos se façam partilhados na proporção do tempo em que os valores das ações tenham estado, no exercício anterior, no patrimônio da companhia social efetivamente realizados. Artigo 26º - Por deliberação dos órgãos de administração, a companhia poderá declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta do lucro puramente em balanço intercalar ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. Parágrafo Único - Os dividendos assim pagos serão, quando o caso, compensados com os obrigatórios (artigo 25, alíneas "a", "b" e "c"), sem que os acionistas figurem sujeitos a devolução de eventual excesso e sem prejuízo do disposto na alínea "e" do artigo 25, Artigo 27º - O pagamento de dividendos será feito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que forem aprovados, pelo seu valor atualizado, de fato a efetivo pagamento. Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos deverão ser pagos dentro do exercício social em que foram declarados. Porto Alegre, 26 de janeiro de 2000. Junta Comercial do Rio Grande do Sul. Certificado o Registro nº 10/02/2000, sob o número: 433.000385/4. Protocolo: 00/017810-1. Henrique Burle Ardoz - Secretário-Geral Substituto.

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
VARIG Participações em Serviços Complementares S.A.
(SUMÁRIO)**

Data e horário: 28 de janeiro de 2000, às 15 horas. Local: futura sede social, na Cidade do Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua 18 de Novembro, 800, sala 1. Presença: FRB-PAR Participações Ltda., por seu representante Sr. Floriano Zinero Ribeiro da Silva, demais acionistas presentes à Assembleia Geral Extraordinária da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) realizada nesta data. Messar: Luiz Carlos Vaini, presidente; Jacqueline Taques de Souza Kühn, secretária. Ordem do dia: deliberar a respeito de: (a) constituição o Companhia VARIG Participações em Serviços Complementares S.A.; (b) projeto de Estatuto Social; e (c) eleição dos membros do Conselho de Administração. Deliberações tomadas: (a) Aprova-se a constituição da VARIG Participações em Serviços Complementares S.A., sociedade por ações aberta, em função da cisão parcial, com data-base de 30.11.1999 da seguinte composição: RIO-SUL, Serviços Aéreos Regionais S.A., Companhia Tropical de Hotéis e "VARIG" S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), delimitada nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas nas sedes sociais de cada companhia nesta mesma data, e os termos dos Ludos de Avaliação, a valor contábil, preparados pela empresa CONSULTA Auditores Independentes que fazem parte integrante desta ata e constituem seu Anexo II, procedendo-se da seguinte forma: (i) O patrimônio líquido da Varig Participações em Serviços Complementares S.A. é dividido entre os seguintes ativos cindidos: a) RIO-SUL, Serviços Aéreos Regionais S.A., Companhia Tropical de Hotéis e "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), serviu de base para a atribuição das ações na constituição desta nova Companhia (vide Anexo II). Em função disso, o capital social desta Companhia será de R\$ 2.698.100.000 (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil e cem reais), sendo dividido em 236.959.524 (quinhentas e vinte e nove milhões, novecentas e cinquenta e nove mil e quatrocentas e trinta e sete) ações sem valor nominal, a R\$ 0,0113999137 (treze pontos dezesseis milhões, oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e sete) ações ordinárias; (b) 210.059.611 (duzentos e dez milhões, cinqüenta e nove mil, onze) ações preferenciais, sendo direito a voto, atribuídas aos acionistas ações de mesma espécie e proporcionalmente ao patrimônio líquido integralizado. Sendo a constituição desta Companhia resultante da cisão parcial com data-base de 30.11.1999 da RIO-SUL, Serviços Aéreos Regionais S.A., Companhia Tropical de Hotéis e "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), todos os eventos pertinentes aos ativos e passivos cindidos e seus reflexos patrimoniais ocorridos entre 01.12.1998 e esta data passam a ser atribuídos à Companhia ora constituída e serão refletidos por ocasião do seu balanço relativo do exercício de 2000. (b) Aprovar, nos termos do Artigo 87, Parágrafo 2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o texto do Estatuto Social, lido por mim, secretária, que passa a integrar a presente ata na forma do Anexo III e será mantido na sede desta companhia. (c) Eleger, nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social, os seguintes membros para compor o Conselho de Administração: (i) Presidente: Luiz Carlos Vaini, brasileiro, casado, Economista, portador da carteira de identidade sob nº 3.146.710 SSP/SF e inscrito no CPF/MF sob nº 039.358.688-04 (ii) Vice-Presidente: Luiz Zita Barbosa, brasileiro, casado, Economista, portador da carteira de identidade sob nº 382.2003 SSP/SF e inscrito no CPF/MF sob nº 067.766.639-15 (iii) Ilton dos Santos Almeida, brasileiro, solteiro, Economista, portador da carteira de identidade sob nº 128161 CORE/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 431.942.657-68 (iv) Marcia Zugabá, brasileira, casada, Administradora de Empresas, portadora da carteira de identidade sob nº 8.848.318-6 SSP/SF e inscrita no CPF/MF sob nº 033.592.418-27 (v) Hilton Leite Ignezias, brasileiro, casado, Engenheiro, portador da carteira de identidade sob nº 1001965142 SSP/SF e inscrito no CPF/MF sob nº 003.249.650-87. Os Conselheiros ora eleitos terão mandato de 3 (três) anos a partir da data em que se realizar a Assembleia Geral Ordinária de 2003, permitindo-se a reeleição. A Assembleia fixou, para remuneração anual, global, do Conselho de Administração a verba de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e, para remuneração anual, global, da Diretoria, a verba de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Declararam os Conselheiros ora eleitos não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeçam de assumir seus respectivos cargos e exercer a atividade mercantil. **Litura da Ata:** A Assembleia concordou em que a ata dos trabalhos seja lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. Esgotada, assim, a ordem do dia, e cumpridas as determinações legais, lavrou-se esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Porto Alegre, 28 de janeiro de 2000. Mesa: Luiz Carlos Vaini - Presidente. Jacqueline Taques de Souza Kühn - Secretária. Acionistas: Roberto Pandolfo (POADS), Vera Lucia Scherer Oliveira (POAG), Yutaka Imagawa (SAOAJ), Terezinha Nêl Venturini (POADS), FRB-PAR Participações Investimentos Ltda., Plínio Sessegolo Gomes, Hilton Leite Ignezias (POAJZ), Lair Sa Stortz (RIOVA), Luiz Carlos Buesse (POAMU), Luiz Zita Barbosa, Espôlio de João Adolpho Lorenzon Ozires Silva, Floriano Zinero Ribeiro da Silva, Instituto Aéreo de Segurança Social, Jacqueline Taques de Souza Kühn, Telmo Schoeller, Leonardo Mayerhofer Viegas, Paulo Lopes Gallindo Gilberto Carlos Rigoni (SAODZ), George Ermakoff, Beatriz de Moura Borges, Ricardo Ramalho Townsend (PAOCI), Emilio Otto Kaminski, Harro Fouquet, 2020 Latin America Fund, Errilva Pereira Peixoto, Latinvest Fund, Luiz Carlos Vaini, Ricardo de Azevedo e Souza (POABE), Latinvest Partners, LP, Brazvest Fund Ltd, Globalvest Value Fund Ltd, Horst Gunter Axthelm Francisco Petros Ol. Lima Papatnasiadis, Elisabeth Seifrin dos Santos, Estado do Rio Grande do Sul, Lidia Maria Erma Marques (POADS), Enio João Jensen de Freitas, Dra. Glendimar Romano - Representante dos Acionistas da Rio-Sul Serviços Aéreos S/A, Jorge Vicente Tavares de Melchiorre - Representante dos Acionistas da Cia. Tropical de Hotéis, Titulo do Advogado do Dr. Vera Lucia Scherer Oliveira - OAB/RS nº 27.560, VARIG Participações em Serviços Complementares S.A. - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO - Artigo 1º - A VARIG Participações em Serviços Complementares S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto que, se reger pela legislação aplicável e por este estatuto. Artigo 2º - O objeto da companhia é primeiramente investimentos e participações societárias em empresas com atividades complementares às de transportes aéreos e secundariamente a participação em outras sociedades ou empreendimentos. Artigo 3º - A companhia tem sede na cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Rua 18 de novembro, 800, sala 1; poderá criar sucursais, filiais ou agências, no país ou no exterior, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, manifestada em reunião, cuja ata será arquivada no registro do comércio e aplicada na forma da lei. Artigo 4º - É indeterminado o prazo de duração da companhia. CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES - Artigo 5º - O capital social, integralmente realizado, é de R\$ 2.698.100.000 (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil e cem reais), sendo dividido em 236.959.524 (quinhentas e vinte e nove milhões, novecentas e cinquenta e nove mil, quinhentas e vinte e quatro) ações sem valor nominal, a R\$ 0,0113999137 (treze pontos dezesseis milhões, oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e sete) ações ordinárias; e (b) 210.059.611 (duzentos e dez milhões, cinqüenta e nove mil, onze) ações preferenciais, sendo direito a voto, parâmetro Primeiro - As ações preferenciais darão direito a dividendo mínimo, pagável preferencialmente, de 6% (seis por cento) ao ano, cumulativo. Parágrafo Segundo - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. Parágrafo Terceiro - Por decisão do conselho de Administração, as ações da companhia poderão ser emitidas sob a forma atual, em conta de depósito em nome de seus titulares, juntamente com a remuneração de que trata o parágrafo terceiro do artigo 35 da Lei nº 6.404/76. Artigo 6º - A companhia poderá emitir ações de qualquer natureza, em emissões sucessivas, até o limite máximo permitido em lei, emitir ações preferenciais sem direito a voto, em uma ou mais classes, resgatáveis, amortizáveis e/ou conversíveis entre elas, e, ainda, em todas as respectivas preferências e vantagens. Parágrafo único - Dentro desse limite, a companhia poderá aumentar o número de ações preferenciais de qualquer classe, mesmo sem guardar proporção com as demais ações preferenciais ou com as ações ordinárias e ainda aumentar as ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais ou com qualquer uma das respectivas classes. Artigo 7º - A companhia está autorizada a aumentar seu capital, independentemente da reforma estatutária, até o limite de 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie, quantidade e das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação. Parágrafo único - A companhia poderá outorgar, nos termos aprovados pela assembleia geral, opção de compra de ações aos administradores, empregados da companhia ou ainda a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou à Sociedade sob seu controle. CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO - Artigo 8º - A companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma diretoria. Parágrafo Único - Aos conselheiros de administração e aos diretores se aplicarão as seguintes normas comuns: I - deverão ser residentes no País; II - serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo demissíveis a qualquer tempo pela assembleia geral; III - tomarão posse de seus cargos por termo lavrado e assinado no livro próprio do órgão respectivo, dispensada qualquer garantia da gestão; IV - perceberão a remuneração que lhes fixar a assembleia geral. SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Artigo 9º - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 9 (nove) acionistas da companhia, eleitos pela assembleia geral, que também escolherão o presidente e o vice-presidente daquele órgão. Artigo 10º - Na hipótese de vacância de cargo ou de impedimento temporário de titular, observar-se-á o seguinte: o presidente será substituído pelo vice-presidente; este ou qualquer outro conselheiro de administração será substituído pelo acionista que for nomeado pelos demais conselheiros. O substituto que preencher o cargo vago servirá até a primeira assembleia geral, que elegerá acionista para completar o prazo da gestão do substituído. Artigo 11º - O Conselho de Administração terá as funções e os poderes que a lei e este estatuto lhe conferem, notadamente: a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da companhia; b) convocar as assembleias gerais através do seu presidente ou por dois conselheiros quaisquer; c) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, bem como estabelecer a respectiva remuneração, nos limites estabelecidos pela assembleia geral; d) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais; e) aprovar o orçamento geral da companhia e suas controladas; f) fiscalizar a gestão dos diretores; g) submeter à assembleia geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício; h) escolher e destituir os auditores independentes da companhia; i) deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, nos termos da regulamentação aplicável; j) deliberar sobre a emissão de debêntures de subscrição, no limite de sua competência legal; l) deliberar, nos limites da delegação que lhe for atribuída pela assembleia geral, sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; m) autorizar a aquisição de ações da própria companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como sua subsequente alienação; n) atribuir a administradores e/ou empregados participação nos lucros da companhia, nos limites fixados na assembleia geral; o) deliberar sobre a emissão de ações, dentro dos limites da autorização para aumento do capital social; p) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela assembleia geral, bem como resolver os casos omissos neste estatuto social. Artigo 12º - O Conselho de administração se reunirá sob a presidência do presidente, ou do vice-presidente - ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente por solicitação de quaisquer dois de seus membros, em hora e dia, dentro dos 10 (dez) dias seguintes ao pedido de convocação, que o presidente do órgão fizer. Parágrafo Primeiro - A sessão do conselho de administração somente se poderá instalar e funcionar com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos conselheiros. Parágrafo Segundo - As deliberações serão tomadas por maioria de votos presentes. Artigo 13º - Se a assembleia geral fixar a remuneração dos administradores, entre montante global, caberá ao conselho de administração proceder à respectiva distribuição entre eles. SEÇÃO II - DIRETORIA - Artigo 14º - A diretoria será composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros, eleitos pelo conselho de administração; um deles se designará diretor-presidente; cada um dos demais, pela expressão diretor acompanhado de termo indicativo da atribuição específica que lhe fixar o conselho de administração. Artigo 15º - Na hipótese de ausência de cargo ou de impedimento temporário de titular, qualquer um dos diretores será substituído por quem tiver sido indicado ou for eleito pelo Conselho de Administração. O substituto que preencher cargo vago completará o prazo de gestão do substituído. O substituto, provisório ou definitivo, assumirá todos os poderes e atribuições do substituído. Artigo 16º - Exceto para receber citações e intimações e para prestar oralmente depoimento pessoal perante o Poder Judiciário, em juízo ou processo administrativo, - atos nos quais qualquer um dos diretores poderá representar individualmente, - a Companhia será representada, ativa ou passivamente, por qualquer de seus diretores, atuando sempre em conjunto, ressalvada a faculdade prevista no § 1º, deste artigo e obedecidos os parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º deste artigo, cujo sozinho, ou atenuado dois em conjunto, conforme dispõe o caput deste artigo - poderão constituir representantes da Companhia, para funcionar isoladamente ou em conjunto com algum diretor ou com seu procurador, devendo o instrumento especificar os atos e operações que poderão praticar e o prazo do mandato, salvo se ad judícia. Qualquer um dos diretores poderá ser constituído mandatário. Parágrafo Segundo - Entre os poderes e atribuições dos diretores se compreendem: a) individualmente, os de funcionamento regular da Companhia; b) nos termos do caput, a observância dos parágrafos seguintes deste artigo, de assinar documentos que envolverem obrigações para a Companhia (tais como cheques, duplicatas, títulos de crédito em geral, contratos de natureza), bem como os de praticar todo e qualquer ato legal de administração, de aquisição, de disposição ou prestação de garantia, que sempre deverá ser de utilidade ou interesse da Companhia; Parágrafo Terceiro - Dependendo de prévia aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, ou respectiva aprovação pelo Conselho de Administração, quaisquer atos ou negócios jurídicos que envolverem importância superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Parágrafo Quarto - Dependendo de prévia aprovação do Conselho de Administração